



Senadores não querem comissão representativa

Desnecessária, esdrúxula, extemporânea, inadequada. Esses adjetivos foram empregados ontem por senadores para qualificar a proposta de emenda constitucional do presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães PMDB-SP, que cria uma comissão representativa do Congresso destinada a legislar ordinariamente durante o período constituinte. Na Câmara a tendência é favorável à emenda. A sugestão de Ulysses não é apoiada por grande parcela do Senado, e nem mesmo pelos líderes da Aliança Democrática, senadores Alfredo Campos (PMDB-MG) e Carlos Chiarelli (PFL-RS). O que indica a inviabilidade de a emenda tramitar no Congresso. O argumento principal dos senadores que a contestam é o de que ela extinguiria o Senado, ferindo o princípio do bicameralismo.

Preocupado com a reação Ulysses esteve ontem pela manhã no plenário do Senado para conversar com os senadores sobre o assunto. A idéia inicial era de a matéria ser abordada durante um almoço ontem mas foi abandonada porque o presidente da Câmara já tinha assumido o compromisso de encontrar-se com o arquiteto Oscar Niemeyer. O almoço, segundo Alfredo Campos, ocorrerá no segundo semestre. Após sua visita ao plenário, Ulysses declarou que tinha ido até lá para abraçar os senadores e pedir-lhes apoio para a emenda.

O deputado disse também que o que pretende é criar condições para o bom funcionamento da Constituinte, e que não há na apresentação da emenda, qualquer intuito pessoal.

A tendência predominante na Câmara é favorável ao projeto da emenda Ulysses, embora uma avaliação precisa só possa ser feita depois que as bancadas se pronunciarem sobre o assunto.

Os líderes de todos os partidos assinaram requerimento de urgência para a matéria, partindo de dois pressupostos: o respeito ao presidente da Câmara, autor da proposta, e a constatação de que a casa nada tem a perder com a sua aprovação.

CORREIO BRAZILIENSE
27 JUN 1986

Segundo o deputado José Fogaça, Vice-líder do PMDB, a criação da comissão legislativa fortalecerá a Constituinte, ao retirar o caráter congressual da Assembléia que será eleita em novembro. E que poderá assim dedicar-se exclusivamente à elaboração da nova Constituição só depois disso assumindo funções de Congresso.

PCB pede bloco "democrático"

A formação de um bloco democrático majoritário na Constituinte, independente de siglas partidárias, que propicie a criação de condições para que a "questão democrática se resolva superando os crônicos elitismos e excludências que permeiam a história política brasileira", foi proposta ontem, da tribuna da Câmara, pelo deputado Roberto Freire (PE), do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Para ele, a Constituinte, que deverá ser o marco histórico que fechará o ciclo da transição política no Brasil, vai estabelecer um enfrentamento entre dois grandes blocos de forças: o daqueles que investem numa democracia de participação restrita e o dos que apostam numa democracia de participação ampliada, que seria o bloco verdadeiramente democrático.

A longa exposição do deputado comunista, feita no horário destinado às lideranças, foi basicamente voltada para a apresentação do conjunto de propostas do PCB para a Constituinte, substanciadas no documento intitulado "Novos Rumos, Constituição nova para o Brasil", que expressa a orientação estratégica partidária e espelha a sincronia que os comunistas estabelecem entre a luta democrática e a luta socialista.

— A propositura é um aporte definido para a ordem constitucional democrática, legítima e progressista pela qual lutaremos no processo constituinte, no parlamento e fora dele, frisou Freire.

O partido pretende a busca, por intermédio da convivência política democrática e pluralista, da solução definitiva das sequelas sociais e da opressão, transitando para uma sociedade igualitária não excludente da cooperação da iniciativa privada, sempre em função do interesse social.

Defende também a construção de uma nova ordem econômica que promova o desenvolvimento, assegure a justa distribuição da renda e coíba as consequências espoliadoras dos monopólios e do latifúndio, mediante a manutenção das garantias para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras.

ANC 88
Pasta Junho/86
126